

Resenha

MANNONI, Maud. Educação impossível. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

M. Júlia B. de Holanda ¹

¹ Mestranda do Curso de Educação da UCB/DF.

Introdução

Esse estudo apresenta uma leitura, síntese e avaliação da obra “Educação Impossível”, publicada por Francisco Alves em 1988 com autoria de Maud Mannoni, que utilizou o método terapêutico para crianças psicóticas e débeis, Mannoni teve sucesso na elaboração teórica de sua experiência, graças aos ensinamentos de Jacques Lacan. A obra está dividida em cinco momentos: I. A teoria questionada – que trata de uma educação pervertida e a escola paralela, as equipes de “tratamento”; II. Uma educação teórica – analisa especificamente a “instituição estourada”, seus princípios, loucura encenação e jogo de linguagem; III. Da antipsiquiatria à antipedagogia – que aborda os paradoxos da teoria como saber e a ação à margem do estabelecimento; IV. Pesquisas – Discurso e formação da instituição e tema do discurso, cena, encenação; V. Gerir, administrar – estuda as coações econômicas, os documentos e combates contra a administração.

Sendo uma obra de cunho coletivo, pois é baseado em pesquisas e em questões abordadas em conferências e debates em Bruxelas e Buenos Aires, a obra acompanha de perto o desenvolvimento de uma prática psiquiátrica vivida por Mannoni numa experiência hospitalar durante a guerra, e que se tornou para Mannoni “[...] um saber (oriundo do inconsciente) [...]” que “[...] já se fizera presente, por assim, dizer; [...]” e nada a “[...] impedira de ter acesso”. Pois, “[...] o

ensino universitário se fez após a prática” (1988, p. 11).

A leitura dessa obra é da ordem dos problemas do saber, da autoridade e do poder, esses três elementos são abordados sob uma perspectiva psicanalítica. E é a partir da Psicanálise que se poderá estabelecer oportunamente, um problema político.

Com base em atendimento terapêutico e educacional para crianças com graves distúrbios psicóticos, débeis ou neuróticos graves, e ainda com distúrbios nos processos de aprendizagem, foi fundada por Maud Mannoni e alguns colaboradores em 1969, a École Expérimentale Bonneuil sur Marne – Escola Experimental de Bonneuil. Ou, Lieu pour Vivre – Lugar para Viver, conhecido e expandido também para o Brasil como o Lugar de Vida. Antes, porém, fez-se necessário perscrutar outros aspectos que traduzirão o problema desta obra: a teoria questionada do porquê de uma Educação Impossível.

No início da obra a autora afirma que iniciou sua formação em psiquiatria de maneira essencialmente prática, precisamente com as vítimas e os desvalidos da guerra em 1940. Em seguida à prática veio o ensino universitário, “[...] um saber (oriundo do inconsciente) [...]” que se fez presente em sua vida, e que ninguém poderia lhe impedir de ter acesso (MANNONI, 1988, p. 11).

Em seu discurso Mannoni aborda uma educação pervertida, que trata dos problemas relacionados ao abuso de autoridade no

século XIX, tanto por parte dos pais e professores, como por parte dos médicos. Nesse momento analisa-se a origem do posicionamento do poder ideológico pelas instituições, escolar e médica que segundo Mannoni, “[...] ambas decididas a realizar uma missão civilizadora e [...] colonizadora.” Na qual apresenta de maneira pormenorizada como a instituição familiar e a instituição médica, unidas “[...] desenvolveram ao absurdo aquilo a que é legítimo chamar um ‘abuso de poder’, fundado numa perversão do saber [...]” (MANNONI, 1988, p. 18).

Assim, será possível “[...] acompanhar de que modo se pode fabricar em boa consciência crianças suscetíveis de, ao atingir a idade adulta, converterem-se naqueles adultos a que se dá o nome de paranoicos. [...]”. E como os problemas “[...] do saber, da autoridade e do poder são abordados [...] sob uma perspectiva psicanalítica; e é a Psicanálise que está fadada a estabelecer, no momento oportuno [...],” outro problema que se faz imprescindível salientar: um problema político (MANNONI, 1988, p. 18).

Não obstante tal perspectiva se dá quando cada adulto colhido e acolhido no drama de sua própria história, é igualmente afetado pelos paradoxos do universo em que viveram suas experiências, torna-se desse modo um sujeito estranho à armadilha em que foi colhido. “[...] Freud coloca a questão de saber como se processa no homem a entrada na dimensão da verdade. [...] essa

entrada se faz por intermédio de algo que é a ideia do pai” (MANNONI, 1988, p. 23-25).

Importa ressaltar que a criança não traz em sua essência o conflito amor-ódio, pois é somente ao longo das vivências no seio da família que ela encontra esse conflito na imagem dos pais que a violentam ao exigirem amor simplesmente por obrigação, por dever.

Analisando brevemente o caso de Schreber, segundo Mannoni o homem ‘realiza’ a função de ser pai na cópula. “[...] Mas ser pai é, sobretudo, ocupar uma posição de pai a um nível significante”. A mulher, “[...] deve manter-se inexistente, apagada, não deixando o seu lugar a não ser pela voz de comando do pai”. Pode-se dizer que Schreber foi submetido, na sua relação com o pai, a uma perversão da demanda do amor. Ele era amado ao preço de não ser; ou melhor, dito, ao preço de deixar seu desejo inteiramente governado pelo pai (MANNONI, 1988, p. 27-29).

Portanto, instalou-se neste ponto um terrorismo pedagógico que firmou na figura de pai e de Dr. D. G. M. Schreber a partir de um saber científico, de um educador, de um homem que tem respostas para todas as perguntas. E ainda, dotado do poder de cura, ao qual acreditava que seria preciso pacientes capazes de submissão total, de abandono radical do seu coro e do seu ser. Mannoni lembra que “[...] Este problema da perversão da demanda de amor, com seu rosto idealizado de ‘missão civilizadora’, pode

igualmente surgir numa relação de professor e aluno” (1988, p. 30).

Assim, o mal-entendido e a não-escuta entre Scherber-Pai e Scherber-filho assumira uma forma de psicose. Sendo que o pai espera de seu filho a execução do que foi previsto para ele, mas, a liberdade pertencente ao filho é senão ilusória. O filho não tem outra saída senão adaptar-se ao mundo paterno. Entretanto, quando tais métodos liberais de manipulação fracassam, o pai recorre à força física: “[...] A pedagogia oscila, nesse caso, entre as ideias de liberdade herdadas do século XIX e os princípios de disciplina decorrentes da tradição religiosa” (MANNONI, 1988, p. 33-34).

Mannoni frisa que a criança, tanto no seio da família quanto na própria escola, encontra-se colhida entre a sedução e a punição como método educativo. O fato é que, a conduta autoritária ou liberal procede, por conseguinte, de uma só violência, manifesta ou encoberta. Ora, é obvio que nesse contexto, não existe diferença fundamental entre a educação autoritária e a educação progressista, ambas adotam a coerção que, em um dado momento, assume a forma de violência física e, no outro, adota uma forma mais sutil de violência psíquica velada (MANNONI, 1988, p. 35).

Assim, o que se exige da criança é que se submeta às prescrições e aos estereótipos determinados por um código de boa conduta. Nesse discurso a criança faz parte apenas de um ritual definidor de condutas a serem

respeitadas e obedecidas rigorosamente para que sejam determinados a partir daí, os papéis que cada um deverá desempenhar (1988, p. 34).

Desse modo, Mannoni enfatiza o caráter mítico de uma pedagogia que faz do mestre – pai – o depositário do saber e do aluno – filho – o ignorante a ‘salvar’ de sua falta de cultura. Esse tipo de situação ‘segregadora’ tende a favorecer o ódio do aluno mascarado em relação ao mestre, originado de um pai situado inconscientemente como o seu opressor (MANNONI, 1988, p. 36).

Tanto na instituição familiar quanto na hospitalar, a coerção faz parte dos processos que envolvem a disciplina, a educação, seja ela liberal ou autoritária. A violência está sempre presente, mascarada, sob uma forma de manipulação moral ou mesmo manifesta. E que a partir de normas e leis emergentes, assume como forma a renúncia, a função de alicerçar o desejo no campo da castração. “[...] O paradoxo em que a criança se encontra colhida produz em seguida os seus efeitos de violência; de fato, raramente há lugar para que a criança se realize em seu próprio nome” (MANNONI, 1988, p. 41).

Como se pode observar nesse contexto, a subjetividade da criança é obliterada em nome do pai, em nome do outro. Segundo a teoria de Rousseau, é necessário dar prioridade à formação do caráter sobre a instrução, pois a criança não tem que se converter em um sábio, é imprescindível que ela aprenda e aprender. Com isso, o papel do

professor não se limitaria a levar respostas prontas às crianças, mas, fornecer-lhes ferramentas úteis para que possam utilizá-las quando for despertado o desejo de aprender. “[...] Em que isso implicaria? Por um lado, um ideal organiza-se sempre em torno de uma carência. Por outro lado, existe em seu desígnio, inevitavelmente, a dimensão do impossível” (MANNONI, 1988, p. 44).

O interesse de Mannoni na abordagem de Rousseau reside no fato de se tratar menos de traçar a imagem de uma educação ideal do que de refletir sobre o ideal de uma educação. Rousseau (1999) através da educação natural contribui e muito para a infância, pois a criança é respeitada em seu mundo. Esse respeito é tão necessário para que a mesma possa construir seus anseios e seus limites. E, por conseguinte, construir livre e consistentemente um modelo de si.

Mannoni faz uma crítica que a educação está subordinada à imagem de um ideal predeterminado pelo pedagogo, e concomitantemente, é proibida qualquer forma de contestação desse ideal já formado que é o desejo que serve de suporte à sua opção pedagógica, sendo a criança apenas parte ilustrativa de sua doutrina (MANNONI, 1988, p. 44).

Além disso, um estudo pedagógico que no princípio já estabeleça o ideal a se atingir só pode desconhecer o que diz respeito à verdade do desejo, tanto da criança quanto do adulto. O fato é que sendo o sujeito expulso do sistema pedagógico, [...] essa verdade

retorna sob a forma de sintoma e se exprimirá na delinquência, na loucura e nas diversas formas de inadaptação [...]” (MANNONI, 1988, p. 44).

Rousseau aponta o caminho da reflexão sobre a educação e é exatamente nesse ponto que a psicanálise pode contribuir. Pois, a doutrina psicanalítica tem por efeito marcar essa entrada na cadeia significante que converte a criança em sujeito. Desse modo, ao destacar a ação analítica que perturba a relação entre o sujeito e o significante, indica-se simultaneamente o que separa essa prática de toda ação social, religiosa, pedagógica ou política (MANNONI, 1988, p. 45).

Não há intenção da autora em descrever um lugar, uma pedagogia, um educar ideal. “[...] É simplesmente isto: um lugar à margem do estabelecido ao qual se possa formular interrogações, ordenar uma pesquisa e viver uma experiência” (MANNONI, 1988, p.20).

Nessa segunda parte da obra denominada “Uma prática teórica”, Mannoni apresenta amiúde em quais circunstâncias foi criada a Escola Experimental de Bonneuil-sur-Marne em Paris, 1969. Um lugar de verdade e vivências para crianças psicóticas, débeis ou apenas desajustadas. Explica o conceito de Institution Éclatée – Instituição Estourada – e trata do paradoxo de Bonneuil, que se caracteriza por ser um lugar ao qual “[...] não se pratica a psicanálise, mas tudo o que se faz baseia-se rigorosamente na

psicanálise, à qual não se recorre como técnica de ajustamento, mas, como subversão de um saber e de uma práxis” (MANNONI, 1988, p. 16).

A experiência anti-segregativa aplicada em Bonneuil aboliu a concepção tradicional de equipe médico-psicológica e também, aniquilou as funções de psicólogo-administrador de testes e de analista institucional, e até mesmo a de professor. A experiência de Bonneuil segue uma estrutura a qual todos podem oferecer seus serviços de maneira integrada e não fragmentada. Com isso, questiona as estruturas administrativas tradicionais de qualquer instituição que prima pela fragmentação mascarada em especialidades.

Assim, os métodos utilizados em Bonneuil colocaram em cheque as mais tradicionais estruturas administrativas, hospitalares e educacionais. Pois possibilitou a criação de um novo e radical cenário e que inicialmente não dependeu de nenhum poder administrativo. Se tornando um cenário que permite a liberdade de dizer e de agir, fora do peso das convenções e interdições sociais. Em Bonneuil procura-se um estilo de vida que não seja mais fundado na competição e na avidez do lucro, consideradas responsáveis pela deterioração das relações humanas (MANNONI, 1988, p. 76).

Um Lugar de Vida que traz a possibilidade de se descobrir os caminhos para subjetividade, a partir da utilização de ferramentas – teatro, música, pintura, leitura,

escrita, passeios etc. – que estimulam o desenvolvimento da criança em todos os sentidos. Procuram oferecer aos adolescentes rejeitados pela instituição escolar e familiar, uma possibilidade de escapar a um mundo que eles sentem ser hostil, facilitando-lhes o acesso a lugares de acolhida “[...] em casa de camponeses, [...] ou num apartamento em Bonneuil (anexo à escola)” (MANNONI, 1988, p. 171).

No Lugar de Vida as crianças são orientadas a partir dos costumes e a partir das funções assumidas por cada um, nesse contexto ocorrerão os encontros com o Eu e com o Outro. A estrutura da instituição não oferece permanência, mas, aberturas para o exterior, brechas de todos os gêneros. Mediante essa oscilação de um lugar ao outro, poderá emergir um sujeito que se interroga sobre o que quer (MANNONI, 1988, 1988, p. 79).

Nesse sentido, a demanda dos colaboradores de Bonneuil não atingirá diretamente a criança, mas o desenvolvimento do trabalho ao qual ela faz parte. Com efeito, a criança é levada a desempenhar sucessivamente o papel dos pais, de um irmão, de um amigo etc. No suceder desses jogos, aparece de maneira muito clara “[...] a função ocupada pela ‘doença’ no campo do outro”. Esse é considerado um jogo de muitas personagens sendo necessário agir de maneira que as crianças não se fixem nos papéis pré-estabelecidos. Nessa relação se instaura uma

dialética a partir de um desejo de amor ausente, isto é, “[...] a partir de censuras introduzidas no discurso coletivo [...]”. Assim, manter-se prisioneiro na instituição, se petrifica em ritual adaptado à situação patológica, tal como se criou entre uns e outros (MANNONI, 1988, p. 79.)

É a partir desse desvendamento da função que cada criança ocupa diante dos outros que ocorre o que Mannoni conceitua como: Instituição Estourada, uma instituição aberta, e que não é fruto de nenhum modelo teórico. Esse conceito representa, como significante, um processo aberto, que se desenvolveu com base em uma dialética contínua entre as experiências reunidas e a tentativa de encontrar respostas com a ajuda de conceitos psicanalíticos para as perguntas que se apresentaram durante toda pesquisa, que teve seu nascedouro anterior à *L’Enfant Arrière Et As Mère*. Tal aplicação desse conceito se deu porque Bonneuil, além de ser um lugar experimental, é também um espaço em que foram deixados lugares vazios para o imprevisto, para que lá pudesse ser e fazer alguma outra coisa.

O desvendamento releva processos dialéticos cujos efeitos podem ser lidos numa relação com o outro. Ao qual o indivíduo perde-se primeiro como objeto – do outro – e vai situar-se como objeto que se conquista a si mesmo. Desabitando um lugar no real para poder efetuar uma reconquista em nível simbólico. E nessa ausência, experimentar a perda real do outro que veio a faltar-lhe,

tornando-se um indivíduo capaz de viver num ambiente normal, apresentando atitude responsável e eficaz nos trabalhos que lhes forem atribuídos.

É a existência de tal falta de objeto que permitirá à criança o acesso ao Eu (sob o domínio do desejo) convertendo-se o sujeito no lugar onde se corroboram presenças e ausências. Logo, a demanda é a via que permite a circulação do discurso, a via pela qual o desejo é veiculado e manifesto (MANNONI, 1988, p. 108).

O outro ponto importante desta obra, traz o reconhecimento que o mérito da antipsiquiatria está em seu insurgimento “[...] contra toda ideia de uma administração da ‘loucura’ [...]”. Trata-se de uma nova atitude que envolve o campo da análise, e sua tendência é instaurar-se no mundo, para somente com o tempo se consolidar. A posição da antipsiquiatria e da antipedagogia deixa o campo livre para novas experiências, livre à diversificação de métodos sem seguimentos a protótipos pré-estabelecidos, o objetivo é simplesmente “[...] escapar a toda planificação” (MANNONI, 1988, p. 15).

O fato é que existe um saber teórico sobre o homem, postos ao serviço da psiquiatria, e no que concerne ao poder administrativo, seja ele da instituição hospitalar, estadual ou educacional. Com efeito, a situação tende a tornar-se conflitante entre a revolta e a repressão. Haja vista que certas teorias psiquiátricas sob a influência da

ideologia do rendimento, podem mascarar questões que realmente se propõem à experiência. Desse modo, o saber teórico reaparece sob os traços de um poder administrativo cuja estratégia é a de gerência industrial, a qual é justificada pela medicação (MANNONI, 1988, p. 153).

Como já foi exposto, o mérito da antipsiquiatria se estabelece “[...] em ter procurado, contrariamente à tradição, fazer essa voz (da loucura) fora do quadro institucional usual. [...]”. Assim o que tal revolução de uma ação antipsiquiátrica pretende impor é que o indivíduo, patologicamente reconhecido, não mais poderá fracassar, pois seu distúrbio poderá ser parte integrante do grupo social em que ele vive (MANNONI, 1988).

O discurso antipsiquiátrico surgiu de uma prática de caráter revolucionário, assinalando uma guinada na história da psiquiatria. Entretanto, a sua força de transformação corre o risco de ser freada se o saber teórico se deixar superar pela linguagem enganadora (caritativa) do eu. Com isso, apesar das posições teóricas que são por vezes errôneas, o discurso antipsiquiátrico pode assim, ultrapassar em seus efeitos práticos a importância da teoria psicanalítica (MANNONI, 1988, p. 155).

Desse modo, Mannoni enfatiza que toda iniciativa clínica ou educativa exige do psiquiatra ou pedagogo a suspensão de um saber, ainda afirma que toda e qualquer pesquisa só é possível se for abordada uma

prática inovadora, em ruptura com o que acompanha e açambarca qualquer instituição administrativa.

Assim, somente uma experiência clínica não regulamentada pela administração pode submeter a teoria à prova da verdade. Se as estruturas administrativas são de tal ordem que se subtrai à teoria toda e qualquer possibilidade de verificação e modificação, faz-se do teórico um instrumento de poder que corre o perigo de, a exemplo da religião, se converter em dogma infalível, bloqueando as interrogações (MANNONI, 1988, p. 156).

Essa impossibilidade de se buscar respostas às interrogações e possíveis futuras investigações deu rumo a antipsiquiatria, que se deflagrou contra uma pedagogia especializada, a qual desenvolveu uma prática enfatizada na experiência, porém, uma experiência que permanece sob o domínio do médico, depois do psiquiatra, e concomitante, da administração, a quem é reservado o saber clínico, e ao absoluto controle da verdade.

A título de uma reprogramação da ‘saúde mental’ e sua gestão pelo poder administrativo, por meio de recenseamentos, rastreamentos e diversas medidas corretivas, pode-se desenvolver diversas teorias filosóficas, pedagógicas e médicas, teorias que provocam múltiplas técnicas de reeducação (MANNONI, 1988, p. 157).

É necessário, porém, ter-se o cuidado tanto no trato do saber da reeducação, como no da psiquiatria, pois subsistem, no próprio

âmago da teoria, crenças que desvirtuam a prática. Se apresentado aí um duplo saber: o saber da competência da linguagem e conhecimento científico, adquiridos junto aos mestres e por meio de observações clínicas; e o saber banal pertinente à linguagem comum, não científica, “[...] essa forma de saber, mais dificilmente comunicável produzida menos pelo desejo consciente do que pelas metamorfoses do desejo inconsciente [...]” (MANNONI, 1988, p. 160).

Entretanto, quando S. Freud descreve em língua usual a sua experiência com pacientes, não há qualquer vestígio de uma crença no desenvolvimento. Percebe-se, no decorrer da análise, com que arte o paciente é sustentado em sua interrogação e como entre o analista e paciente é reservado um lugar para o surgimento de uma verdade – “[...] verdade que não pertence nem ao paciente nem ao analista, mas surge entre eles, numa situação dramática em que o paciente deve situar-se como Eu” (MANNONI, 1988, p. 162).

É possível perceber que S. Freud analisa claramente a importância da linguagem na relação entre analista e o paciente, observa a partir do que poderá ser a verdade do outro, instalando-se a admiração e o respeito necessário e possível para conduzir os indivíduos ao conhecimento.

É necessário, portanto, escutar uma experiência e ouvir atentamente o paciente, mas, se abster de ocupar na relação assistente/assistido qualquer posição de

autoridade. O paciente não constitui apenas a tela em que se projeta um saber teórico, um saber essencial. Como exemplo, o saber de S. Freud manifesta-se como efeito do ensino, de uma iniciativa em que é o paciente se encontra no posto de ensinante (MANNONI, 1988, p. 162).

Vale lembrar que o paradoxo do saber teórico se fundamenta na maneira como é utilizado. De um modo como disfarce para obliterar a verdade de uma experiência, ou de outro modo, como instrumento para se orientar mais comodamente numa pesquisa clínica, na qual se encontra ele mesmo comprometido (MANNONI, 1988, p. 163).

A existência de lugares qualificados como possíveis lugares de vida, e não de ‘tratamentos’, consegue oferecer aos adolescentes uma abertura para o mundo que eles passaram a detestar devido às dificuldades. O que os adolescentes procuram romper com um estilo de vida imposto pelas instituições familiares, escolares etc. O fato é que a relação mestre-discípulo que se instaura não tem preço, o que se encontra compartilhado vai muito além de uma disciplina intelectual ou escolar – é a amizade que o adolescente, por vezes, descobre pela primeira vez em sua vida “[...] ocorre na relação mestre-discípulo é, no plano transferencial [...], um lugar de vida é um lugar que se [...] permite outras mudanças de ambiente” (MANNONI, 1988, p. 177).

Em Bonneuil a psicanálise oferece pontos considerados referenciais, pois ela não

é utilizada ao nível de técnicas de psicoterapia. Obstantemente, o poder administrativo ou educacional já devota seu empenho em substituir a verdade que se lê na insistência repetitiva do sintoma por aquilo a que chama “realidade”. Para que ocorra a uniformização, a administração educacional deve reter um discurso à sua relação de adequação e procurar fazer-se reconhecer por meio de uma relação com a verdade do desejo. Hoje o ensino só se preocupa em garantir a reprodução de papeis e ao estudante não se assegura sequer que venha a obter um emprego nos quadros executivos (MANNONI, 1988, p. 181-183).

Mannoni preconiza que a hierarquização administrativa tem por principal efeito impedir as pessoas de terem acesso ao saber. E fíncados neste efeito, o adulto ‘adaptado aos seus limites’ poderá agir de outro modo que não seja o de manter a criança nos moldes e limites que por sua vez, se lhe foram também impostos? (1988, p 187).

Cada vez mais professores, terapeutas, estudantes tem a pretensão de reinventar ocupações que, acabam por tornarem-se inadequadas a diversas situações hodiernas. Mas, reinventar a sua ocupação significa contestar as estruturas atuais em que alunos e pacientes ainda se encontram aprisionados. “[...] Um dia, isso exercerá efeito sobre a política, a educação, a psiquiatria e a economia, sustentáculos de uma forma de equilíbrio a que estamos submetidos” (MANNONI, 1988, p. 188).

Aqui neste tema, “implicações sobre pesquisas, gerir, administrar”, Maud Mannoni, a princípio trata de algumas considerações feitas por Robert Lefort acerca do discurso da instituição, sendo ela psiquiátrica, escolar, familiar ou psicanalítica. Em seguida, é apresentado por Françoise Petitot Fort um relato sobre a formação de Bonneuil a partir de depoimento e experiências vivenciadas por ela. Haja vista que Bonneuil foi reconhecida como uma escola experimental, na qual é facultada a possibilidade de “formandos” integrarem-se como parte de um curso universitário. E por fim, Florence Stevenin define o significado das oficinas – cena, encenação: denuncia de uma ideologia do corpo – aos quais são utilizados meios como o: teatro, música, pintura, jogos aquáticos, psicodrama etc. Vale esclarecer que tais instrumentos foram instalados pelos estagiários com o objetivo de serem aplicados durante as oficinas com as crianças e os adolescentes.

Gerar e Administrar, traz uma discussão sobre a gestão e a administração da instituição a partir de entrevista feita a Simone Benhaïm, economista que empreendeu análise profunda da ordem econômica, administrativa e regulamentar de Bonneuil. É fato que Bonneuil é segundo Mannoni (1988) contrário às técnicas tradicionais de reeducação e a toda psicoterapia efetuada nos moldes de Bonneuil, pois se entende que Bonneuil existe como um lugar de vida. Os adultos

sejam eles médicos, psicólogos, educadores ocupam funções diversificadas, um lugar onde todos podem colaborar em qualquer área independente de sua especialização. Um lugar onde a máscara do especialista deve ser abandonada, “[...] um lugar onde alguma coisa que se viu perdida para o adulto se opera como uma forma de encontro para a criança [...]” (MANNONI, 1988, p. 246).

Para admissão das crianças em Bonneuil, é feito, pois uma triagem na qual é possível aceitar criança autista, criança ‘normal’ em dificuldade no plano escolar ou afetivo. Também existe lugar para um ‘débil mental’. O equilíbrio é fornecido pelo apporto da deficiência de cada um. É isso o que permite destacar-se um efeito terapêutico da diversidade de tipos de crianças e da disparidade de idades. No nível ‘terapêutico’, o que é importante é tornar a não-segregação operante (MANNONI, 1988, p. 247).

No que tange as normas requeridas para homologação do estabelecimento pela Previdência Social e a possibilidade de um convenio, nota-se grande dificuldade segundo a análise de Benhaïm, haja vista que: “[...] As práticas da ‘instituição estourada’ são impossíveis nos estabelecimentos pedopsiquiátricos atuais sob o regime de convenio com a Previdência Social” (MANNONI, 1988, p. 251).

Outro ponto de grande relevância é a revelação feita pelas autoras sobre os preços abusivos das diárias cobradas nas internações dentro das instituições tradicionais. Na qual

“[...] A criança está destinada a tornar-se fisicamente a garantia da sobrevivência da instituição. A instituição morre se lhe tirarem a criança.” A criança torna-se assim, uma moeda circulante e aprisionada nas cercanias da instituição, sendo-lhe a vida convertida em um capital (MANNONI, 1988, p. 253).

Por conseguinte, todo este tema gira em torno das dificuldades financeiras de Bonneuil e a imposições feitas pela Previdência para uma possível regulamentação. O fato é que a Previdência só concede subvenções num quadro de dirigismo autoritário. Mannoni desabafa, dizendo que enquanto vigorarem estruturas tão rígidas e paternalistas todas as ideias de mudar a psiquiatria e a escola continuarão sendo ilusórias. O trabalho em Bonneuil é absolutamente experimental e que se propôs, no interesse da pesquisa, ignorar as coações econômicas.

Em seguida são apresentados alguns documentos como sendo um combate contra a administração pública francesa que conseguiu desviar os serviços públicos de forma a causar deterioração em todos os setores, principalmente na saúde e na educação. Mannoni é categórica ao afirmar que a administração pública francesa, gera ‘doença’ e existem aqueles que a tratam ou aqueles que a exploram. Assim, “[...] O desejo do professor ou do médico vê-se reduzido a um sistema de ofertas e de simples demandas. [...]” e por fim, a criança acaba

sendo a vítima da coação sofrida pelos adultos.

Por fim, não há intenção da autora em descrever um lugar, uma pedagogia, um educar ideal. Booneuil é um lugar à margem do estabelecido, um Lieu pour Vivre, no qual é possível formular interrogações, ordenar uma pesquisa e viver uma experiência. Essa vontade de conservar a independência e a orientação próprias da experiência torna Bonneuil definido como um lugar em ruptura (MANNONI, 1988, p.316).

Resenha submetida em julho de 2013

Resenha aceita em dezembro de 2013